

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 - Biênio 2019/2021

Ata da Nona reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCA realizada no dia **três de dezembro de dois mil e dezenove**, às dezessete horas, no quarto andar da Secretaria Municipal de Educação, sito à Avenida Francisco Paulo Quintanilha Ribeiro, número quinhentos e cinquenta, no Parque Francal, Franca - São Paulo, e presentes 12 conselheiros titulares, 05 conselheiros suplentes e 09 visitantes, que assinaram a lista de presença, sob a presidência da Senhora Flávia Assis Freitas, servindo como secretária a Sra. Karla Migani, foram abertos os trabalhos da reunião ordinária. **EXPEDIENTE:** Registrou-se recebimento via e-mail, das justificativas de ausências dos Conselheiros: Liuvania, Simone, Karina, Larissa e Aurélio. **ORDEM DO DIA:** A Presidente, Flávia Assis Freitas, iniciou agradecendo a presença de todos os Conselheiros presentes, em especial aos visitantes, as pedagogas da rede Municipal, ao Marcelo assessor do vereador Kaká, a Representante Mirele da APAAF, a Coordenadora Lidiane da APAE. Em seguida a Sra. Flávia disse que foi feito convite via ofício para os representantes de associações de pessoas com deficiência e para os representantes da SME: Sra. Renata Natal, Larissa Lucas Ramos, o secretário da educação Sr. Edgar Ajax, Kênia Pacheco, Augusto Almeida e a Regina Hanna que justificaram a ausência via ofício de terem firmados outros compromissos relacionados ao fechamento do ano letivo, e disponibilizarão as informações solicitadas via ofício.

Item 1 - Leitura das Atas - Foi feita a leitura da ata da oitava reunião ordinária do mês de novembro, aprovada com a ressalva da Conselheira Rejane que pediu deliberação para inversão de pauta sobre o SARESP e não foi atendida; a Peresidente Flávia ressaltou que a inversão não ocorreu devido a falta do tempo, a necessidade de parecer e deliberação do projeto de seleção de alunos para atendimento nas creches e ausência de quórum para início dos trabalhos. Foi feita também a leitura da ata da reunião extraordinária realizada no dia dezenove do onze de dois mil e dezenove, aprovada sem ressalva. **Item 2 – Deliberações de assuntos pertinentes a educação, ao SARESP, a Educação Especial e Censo Escolar** – Flávia explanou sobre os assuntos discutidos na Comissão da Educação Especial e deliberada a necessidade da solicitação de ofícios sobre informações referentes ao Censo Escolar de 2019 e a estimativa de 2020, pois o cadastro do censo escolar traz a matrícula da educação especial que vem verba destinada tanto pelo ensino regular e depois a verba duplicada para o AEE no contra turno, pelo FUNDEB; a relação de matrículas para o público alvo do AEE com laudo e está cadastrada na Secretaria Escolar Digital (SED); a contratação de monitores/estagiários, questionado pelo pai de aluno Elias também; relação dos profissionais que atuam nas unidades escolares, detalhando a formação acadêmica, a carga horária, período de trabalho se é compartilhado ou individual, pois o MEC exige que as os profissionais que atuam na sala de recursos tenha formação específica; E por fim para 2020 sabe-se que existe em andamento um Projeto criado que seria um Núcleo de Atendimento do AEE, mas não existe nada oficial, portanto enviaríamos um ofício solicitando a cópia do Projeto. A Conselheira Rejane pediu esclarecimentos sobre o Inquerito Civil instaurado pelo Ministério Público e a ação trabalhista das pedagogas. A Conselheira e presidente Flávia esclareceu a respeito do inquérito civil instaurado que as pedagogas que atuam nas salas de recursos não tem formação específica e o processo trabalhista ocorreu por falta de exigências de formação e atuação em edital, esclarecendo ainda que já foi determinado uma liminar sobre multa diária, caso continuem atuando nestas salas. A Conselheira Rejane perguntou se a prefeitura não tem um prazo para essa regularização e se já venceu o prazo. Flávia explicou que o Inquerito Civil foi arquivado pelo Promotor Dr. Fernando Martins em 2018, diante a proposta da prefeitura, junto com a diretoria de ensino, realizar a supervisão das adequações. A Conselheira Maria Cecília disse serem questões muito novas para adequação, porém a Conselheira Flávia respondeu que as implantações iniciaram em 2009, que há vinte uma salas de recursos e apenas nove pedagogas atuantes. A Conselheira Rejane perguntou se existe alguma pedagoga pronta para atuar e para onde irão; a Conselheira Flávia disse que as funções contratadas são para gestão escolar, que

existem as escolas e creches com trabalho sobrecarregos. Quanto aos assuntos para ofício é necessário esclarecimento e relação da quantidade de alunos por sala, devido as reclamações por parte dos pais e professores; Elaboração do plano de enriquecimento individual -PEI - dos alunos com necessidades especiais, que não acontece na rede; Existem quinze escolas desde 2016 que receberam verbas de acessibilidade e só duas cumpriram o gasto com adequações nas outras unidades escolares o dinheiro está parado. O Conselheiro Gabriel perguntou quem é a pessoa responsável por cuidar dessa verba, o conselheiro João Nery disse que essa verba se chama "escola acessível" onde a escola deve fazer um projeto e com esse projeto o MEC manda a verba para a escola e em cima disso a escola presta contas para o MEC, a organização do projeto é entre a escola o MEC com orientação dos órgãos superiores. A Conselheira Maria Cecília disse que o recurso veio, mas não vieram as normas. A conselheira Flávia disse que uma das dificuldades para o gasto com as adequações foi a troca dos diretores. A Conselheira Flávia sugeriu ao conselho o acompanhamento desta verba; Outra questão é a grande demanda de crianças autistas na rede e bastante crianças com maiores limitações e sugeriu ofício solicitando a demanda existente e ações de intervenções, formações e orientações para a equipe escolar. Para a diretoria de ensino, será enviado a solicitação do parecer emitido, de acompanhamento indicado pelo Ministério Público, sobre as salas de recursos que precisam de adequações físicas e de materiais, como também da habilitação dos especialistas; O edital para o concurso da educação especial; a parceria de atuação com a secretaria da saúde; o transporte de alunos do contra turno, a secretaria oferece transporte apenas para crianças deficientes auditivas e visual e existem muitos outros casos como deficientes intelectuais, paralisia física e a criança deixa de frequentar a escola adequada por falta de transporte; convênio com a APAE como está o andamento e a expectativa de ampliação e parcerias, parcerias e ações com conselho de pessoas com deficiência física a associação de surdos (APADA) e cegos, da Caminhar; Verbas e gastos destinado com a educação especial; Quantidade de crianças saíram da APAE para rede e agora estão pedindo retorno. A conselheira e coordenadora do núcleo de autista da APAE Aline, informou que tem uma lista enorme de espera que a demanda está alta, e não possui espaço físico para receber mais crianças, e nos casos de autismo já recebem laudo com um ano e oito meses então a demanda não para de chegar e elas ainda atendem quatorze municípios da região. A Conselheira Flávia conclui que estes ofícios relacionados acima se referem a creche, educação infantil, e da rede regular de ensino e complementa o atendimento com a APAE. O visitante Wander disse que quando estava presidente do CME fez uma visita a APAE e sugeriu que fosse feita visitas como forma de treinamento para as estagiárias, vivenciando o dia a dia da APAE. Os ofícios foram votados e aprovados por unanimidade. A visitante Isabel pediu a palavra e disse que a APADA já disponibilizou parceria e propôs formação em libras para os professores da rede, porém não conseguiu pessoas interessadas, disse se preocupar com a abertura do concurso e disse não existir profissionais com proficiência, disse ser muito importante que haja a capacitação. **Seguindo o próximo assunto da pauta** A Conselheira Rejane explanou que ela e alguns pais, como cidadãos, procuraram o secretário para questionar o motivo da não aplicação do SARESP e foi informada por ele que a decisão foi dele. Após isso procurou pessoalmente o prefeito que disse não ter conhecimento do assunto e achava que teria a avaliação, então gostaria de saber porque não seria realizada a prova, e por meio de servidores, entre eles a Andreia Braguim, que a ajudou com suporte técnico para melhor entendimento do assunto. Disse ainda que o grupo de pais não focou em ranking e nem em índices, mas focaram na proficiência e indo atrás dos dados questionaram porque não foi passado nada para os pais, para os conselhos de escolas e APM's, e ficaram tristes em analisar que houve uma queda de 2017 para 2018 e após terem acesso a estes dados elas gostariam que tivesse a prova para saber como está o ensino municipal. Embora este grupo ter ido na câmara, usado a tribuna, os meios de comunicação para tentar que a prova fosse

98 aplicada, não conseguiram a reversão. A Conselheira Rejane leu e explicou em plenário o texto
99 elaborado e protocolado pelas mães no Ministério Público, e solicitou junto ao colegiado o pedido
100 de envio de ofícios para o Estado e Município, na sequência passou a palavra para a visitante e
101 mãe Danielle Marques, que relatou quais os interesses dos pais em saber mediante o resultado do
102 SARESP 2017/2018, trata de uma preocupação dos pais e representantes de conselhos escolares
103 sobre quais as providências que serão tomadas em relação a proficiência destes alunos dos
104 terceiro e quintos anos, pois treze ou quatorze escolas apresentaram queda na proficiência e a
105 falta da divulgação aos pais, e ainda questiona quais os meios podem ser utilizados para
106 divulgar aos pais. A Conselheira Rejane pediu para ser colocado em votação o envio do ofício
107 solicitando quais providências seriam tomadas com relação a essa queda na proficiência
108 embasados no resultado de 2017/2018, e o meio como foi divulgado para os pais, para os
109 Conselho de escola e para a comunidade, pois nem mesmo os coordenadores tiveram acesso aos
110 índices e no ano anterior as escolas ficaram seis meses sem diretor. A suplente Margarida reforçou
111 o pedido de envio de ofício para o Estado, e relatou que na visita do governador João Dória em
112 Franca esse grupo de mães esteve com ele e sugeriram que o SARESP torna-se obrigatório para
113 os municípios que usam material pedagógico do Estado, pois se utilizam o material pedagógico do
114 Estado porque não ter a prova se é avaliado por ele. Então, elas pediram a deliberação em
115 plenário o envio dos ofícios, que foram aprovados. O conselheiro Pedro Tosi disse que o
116 alinhamento do Conselho deveria se estender a secretaria, sendo necessário o município esta
117 preparado para a metodologia da avaliação devendo ser compartilhado e se forem motivos
118 políticos não tem interesse mas sim os métodos e até onde ele avaliou o SARESP o problema está
119 na escola, pois demora pra pegar ritmo e alcançar a proficiência necessária e cumprir os
120 conteúdos necessários para a realização da avaliação do SARESP e ressaltou que avaliação não
121 pega todo perfil do aluno, o modelo deverá ser mudado pela secretaria do Estado de São Paulo. O
122 Conselheiro João Nery disse que a avaliação do SARESP serve para reformular as políticas
123 públicas é uma diretriz para a secretaria Municipal e Estadual. O conselheiro Reinaldo sugeriu
124 chamar alguém para esclarecer os questionamentos sobre o SARESP. A conselheira Rejane disse
125 que poderia ser feito das duas formas, o ofício e o convite para o secretário Edgar Ajax. O
126 conselheiro José Flauzino disse concordar com o convite ou a convocação, garantindo a presença
127 do secretário. Foi colocado em votação a convocação e aprovado pela maioria. A presidente Flávia
128 sugeriu uma reunião extraordinária para aprovação de contas, e se necessário sobre o Abono
129 Escolar, que já iniciou a tramitar para que seja feito o pagamento de dois mil reais para o EJA e mil
130 reais para os demais funcionários da educação. A reunião extraordinária foi aprovada em plenário. A
131 conselheira Flávia socializou o treinamento proposto por Flavio Caetano de São Carlos para três
132 reuniões presenciais no valor trinta mil reais para trinta horas, houve outra proposta Da Associação
133 dos Conselhos no valor de três mil reais com encontro Regional e Nacional de todos os conselhos,
134 porem ficou a decisão para próxima ordinária por falta de quórum. Por fim, a Presidente Flávia
135 solicitou um conselheiro e um suplente para representar o CME na Casa dos Conselhos, tendo o
136 manifesto dos Conselheiros Gabriel e Karla, respectivamente. A próxima reunião do CME, está
137 prevista para o dia 07/01/2020, às 17h. Após agradecimento deu-se por encerrada a reunião.



FLÁVIA ASSIS FREITAS
Presidente



KARLA MIGANI ANDRADE TOZZI
Secretária